

PROJETO DE UM ESTUDO CONTRASTIVO DOS TERMOS PRESENTES EM DOCUMENTOS ESCOLARES REDIGIDOS EM PORTUGUÊS DO BRASIL, FRANCÊS DA FRANÇA E FRANCÊS DA SUÍÇA: ELABORAÇÃO DE UM GLOSSÁRIO BILÍNGUE PORTUGUÊS-FRANCÊS E REFLEXÃO SOBRE IMPLICAÇÕES DOS FATORES SOCIOLINGÜÍSTICOS NA TRADUÇÃO JURAMENTADA.

Maria Emília Pereira CHANUT

Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – IBILCE/UNESP

chanut@ibilce.unesp.br

Resumo:

Este projeto de pesquisa propõe realizar um estudo contrastivo dos termos repertoriados em documentos escolares originais redigidos em português do Brasil, em francês da França e em francês da Suíça, com o objetivo de elaborar um glossário bilíngüe português-francês acrescido da variante suíça, assim como de desenvolver uma reflexão sobre a equivalência desses termos no âmbito da tradução juramentada. A partir de um *corpus* constituído de documentos redigidos originalmente nos dois idiomas e nos três países, procederemos à coleta dos termos relevantes para o estabelecimento da equivalência linguística. Constatamos em trabalho anterior que um desconhecimento dos sistemas educacionais envolvidos, assim como um desconhecimento da variante francófona suíça e suas diferenças sócio-culturais em relação ao “francês padrão” da França, aliados à tendência literalizante da tradução juramentada, são fatores que podem levar o tradutor a cometer graves erros na transmissão das informações fundamentais presentes em documentos escolares, como por exemplo, nível de estudos, título obtido, formação, curso, disciplinas, notas, etc.

Palavras-chave: socioterminologia; tradução juramentada; documentos escolares; francês da França; francês da Suíça; português do Brasil.

1. INTRODUÇÃO

Quando falamos em obras lexicográficas, em se tratando do mercado editorial europeu ou canadense, sabemos que, embora a produção lexicográfica em língua francesa nos países desses continentes seja imensa e tenha à sua disposição enormes recursos financeiros, as obras bilíngües privilegiam em sua maioria o par francês-inglês. No Brasil, há pouquíssimos dicionários bilíngües de língua geral disponíveis em francês-português do Brasil e, obviamente, menos material ainda no que se refere às obras de vocabulários especializados. Mas essa realidade, felizmente, começou a mudar desde o advento da Internet, com a possibilidade infinita de criar e disponibilizar glossários e bancos de dados on-line.

Terminólogos e terminógrafos, lexicógrafos, pesquisadores, tradutores, linguistas, enfim, toda a comunidade acadêmica e profissional envolvida no domínio lingüístico em geral passou a produzir obras lexicográficas específicas em domínios especializados para atender um mercado carente de publicações bilíngües. Nas Universidades brasileiras, cresce o número de estudantes envolvidos em pesquisas relacionadas à produção de glossários bilíngües, desde a Iniciação científica, passando pelo Mestrado, até o Doutorado e o Pós-doutorado. Além de não estarmos mais totalmente subjugados ao poder econômico das editoras, na universidade produzimos obras de qualidade, supervisionadas por especialistas e pesquisadores de renome.

Dando continuidade à pesquisa anteriormente desenvolvida, este trabalho propõe realizar um estudo contrastivo dos termos repertoriados em documentos escolares originais redigidos em português do Brasil, em francês da França e em francês da Suíça, com o objetivo de elaborar um glossário bilíngüe acrescido dos particularismos da variante suíça, assim como de desenvolver uma reflexão sobre as implicações sociolingüísticas na equivalência desses termos no âmbito da tradução juramentada.

Na pesquisa anterior, foi realizado um estudo sobre o francês da Suíça relacionado aos particularismos empregados na linguagem administrativa oficial, enfatizando a questão da equivalência funcional na tradução juramentada de documentos civis e escolares. O estudo em questão abordou as diferenças socioculturais entre a França e a Suíça a partir dos termos relevantes nos domínios citados, retirados de um corpus de traduções juramentadas. Uma lista não exaustiva de termos foi apresentada como ilustração da problemática, com ênfase nos particularismos suíços encontrados a partir do francês padrão da França, os chamados *statalismes*.

No caso específico deste projeto de pesquisa, diferentemente do trabalho anterior, procederemos à coleta dos termos relevantes para o estabelecimento da equivalência lingüística a partir de um *corpus* constituído de documentos escolares redigidos originalmente nos dois idiomas dos três países, e não mais a partir de traduções juramentadas.

Sobre a noção de “francês padrão”, convém trazer à baila algumas informações contidas no texto de apresentação da *Base de données lexicographiques panfrancophone* (BDLP), disponível em <http://www.bdlp.org/bdlp.pdf>.

A noção de «français de référence» está atualmente bem estabelecida; ela foi assunto de um importante colóquio em Louvain-la-Neuve (Bélgica), em novembro de 1999, cujos Anais (*Actes*) constam nos *Cahiers de l'Institut de linguistique de Louvain*, vol. 26 et 27, 2000 e 2001 (edição de Michel Francard com a colaboração de Geneviève Geron e Régine Wilmet).

Há um grande número de denominações empregadas para designar a variedade central à qual nos referimos para determinar os traços característicos de uma variedade geográfica do francês e, sem dúvida, a mais conhecida é o “français standard” (francês padrão). Porém, essa denominação tem a desvantagem de evocar uma dimensão normativa em contextos onde esse aspecto não deveria ser levado em conta. Assim, passou-se a dar preferência à denominação de “francês de referência”, por ser mais neutra e não ser ambígua. São considerados como pertencentes a esse francês todos os empregos repertoriados nos dicionários e outras fontes (por exemplo, as gramáticas) que descrevem essa variedade “de prestígio” levada em conta

pelos lexicógrafos da França. “Francês de referência” tem a vantagem de expressar claramente a idéia de que a variedade assim designada é tomada em posição de comparação. O francês dos dicionários da França é a única variedade conhecida por toda a francofonia; é a ele que se referem todos os professores de francês do mundo inteiro. É então por comparação com esse francês que será determinado se um emprego lexical é uma particularidade (ou variante) geográfica. Este método diferencial possibilita-nos evidenciar o que é comum ou o que é particular à variedade do francês estudada.

É importante mencionar que este projeto de pesquisa está relacionado com o projeto LexTraJuIII, desenvolvido na Unesp de São José do Rio Preto pela equipe coordenada pela professora Lídia Almeida Barros. Este grande projeto abriga as pesquisas de vários estudantes e professores pesquisadores, com o objetivo de elaborar um glossário on-line bilíngüe de termos de documentos normalmente solicitados à tradução juramentada no par de línguas português-francês dirigido ao trabalho dos tradutores públicos e intérpretes comerciais.

2.JUSTIFICATIVA

A prática em Tradução Juramentada, assim como os resultados anteriores de pesquisas de minha autoria e as de outros pesquisadores nesse domínio (BARROS; AUBERT; CAMARGO, 2008b, 2008c) mostram que os tipos de documentos mais comumente solicitados à TJ no par de línguas português-francês são os escolares (diplomas, históricos escolares etc.) e pessoais (certidões de nascimento, casamento, óbito, procurações, carteiras de habilitação etc.), além dos jurídico-societários (estatutos sociais, atas de assembléias e outros), e os jurídico-comerciais (contratos de diversos tipos e outros).

Devido à importância que os documentos escolares possuem na sociedade, uma vez que definem e identificam o perfil estudantil e são documentos exigidos no percurso acadêmico e profissional, o estudo da terminologia empregada nesse tipo de documento é de extrema importância para os tradutores. Este projeto pretende dar uma contribuição aos estudos da terminologia desse domínio, ou seja, da tradução juramentada dos documentos escolares brasileiros, franceses e suíços.

Segundo Krieger e Finatto (2004, p. 66), “a primeira motivação do encontro que direciona a Tradução para a Terminologia relaciona-se ao fato de que os termos técnico-científicos são elementos-chave, nódulos cognitivos, dos textos especializados”.

Constatamos no trabalho anterior que um desconhecimento dos sistemas educacionais dos países envolvidos, aliados à tendência literalizante da tradução juramentada, são fatores que podem levar o tradutor a cometer graves erros na transmissão das informações fundamentais presentes em documentos escolares, como por exemplo, nível de estudos, título obtido, formação, curso, disciplinas, notas, etc., assim como termos relacionados à redação dos atestados, certificados, diplomas, enfim, toda terminologia da documentação escolar.

Além disso, um desconhecimento das variantes geográficas, neste caso, o francês da Suíça, e suas diferenças sócio-culturais em relação ao francês da França, pode agravar a situação. Os particularismos próprios ao francês empregado fora da França foram, em geral, negligenciados pelos autores de dicionários ao longo dos anos, como comprova a história da lexicografia francesa. O francês da Suíça, assim como o da Bélgica e do Quebec eram, até o final dos anos 70, considerados e descritos como uma variedade regional do francês padrão, ou francês de referência, como descrito na Introdução deste Projeto. A partir dos anos 80, sobretudo, a situação mudou e uma valorização crescente começou a ser percebida principalmente pela presença das diferentes variedades do francês presentes nas obras lexicográficas e na produção terminológica e, além disso, pelo reconhecimento da importância da variação lexical geográfica pelos organismos internacionais de normalização. Surge no meio francófono uma nova disposição no sentido de preservar as identidades culturais

nacionais e ao mesmo tempo encorajar a comunicação internacional. O francês da Bélgica, assim como o do Québec e da Suíça passam então a ser definidos como variedades nacionais, e as designações de suas particularidades lexicais são chamadas, respectivamente, de belgicismos, quebecismos, e helvetismos (Hausmann, 1986, p. 4-5, *apud* GALARNEAU; VÉZINA, 2004, p. 6). Atualmente, cresce, portanto, a tendência da abordagem dita “variacionista”¹ em obras de vocabulários especializados, de léxicos e de bancos de dados terminológicos, com o objetivo de atender as necessidades de intercomunicação entre os francófonos, principalmente quando se trata de um uso oficializado de termos culturalmente marcados como é o caso do léxico jurídico e/ou administrativo.

Este trabalho, ao incluir os particularismos da variante suíça no glossário, considera que, no caso da tradução especializada, o fator cultural que diferencia os usos em função da variação geográfica compõe um conjunto lexical específico e considerado como uma língua à parte. Os termos oficiais do francês da França e do francês da Suíça muitas vezes são diferentes ou têm um uso diferente e um tradutor juramentado deve conhecer essas realidades, que normalmente não estão informadas nas obras lexicográficas disponíveis. Trata-se de um diferencial adicional importante, mas consideramos que, ainda que este o glossário abordasse tão somente o francês da França, já seria de imensa utilidade para os tradutores juramentados, visto que, pelo que já foi exposto acima, há enorme carência desse tipo de obra no Brasil.

3. NATUREZA E DELIMITAÇÃO DOS CAMPOS DE PESQUISA

Este estudo, de **natureza** teórica/aplicada, contempla os estudos (sócio)lingüísticos, (sócio)terminológicos, do léxico e da tradução especializada, enquadrando-se nos campos de pesquisa da Teoria da Tradução, da Teoria e Análise Linguística, da Lexicologia e da Terminologia.

4. OBJETIVOS

Objetivos Gerais:

- Elaborar um glossário *on line* bilíngue de termos presentes em documentos escolares normalmente solicitados à tradução juramentada no par de línguas portuguêsBR-francêsFR, acrescido da variante francêsSU, dirigido ao trabalho dos tradutores públicos e intérpretes comerciais.
- Traçar o perfil linguístico, sociolinguístico e sociocultural desse conjunto terminológico.
- Analisar aspectos relativos aos graus de equivalência existentes entre os termos do português e do francês e aspectos socioculturais que proporcionam diferenças de equivalência interlingüística.

Objetivos Específicos:

- Refletir sobre os tipos de dados linguísticos que devem estar presentes em um glossário bilíngue português-francês que auxilie o tradutor juramentado em sua tarefa.

¹ FAULSTICH, Enilde. *Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista*. In TradTerm, 7, p. 11-40, 2001.

- Verificar a existência de variantes lexicais nesse conjunto terminológico.
- Identificar essas variantes do ponto de vista tipológico².
- Observar aspectos relativos aos graus de equivalência encontrados nas investigações bilíngues.
- Refletir sobre fatores linguísticos, sociolinguísticos e culturais que subjazam às eventuais diferenças de equivalência terminológica interlinguística encontradas durante a pesquisa bilíngue português-francês.

Os resultados das investigações serão divulgados em publicações e em eventos científicos.

5. METODOLOGIA

A Tradução Juramentada é o domínio sobre o qual se darão as pesquisas, sendo considerado um domínio de especialidade. Será estudada a terminologia predominante em documentos desse domínio com o fim de elaborar um glossário bilíngue portuguêsBR-francêsFR acrescido da variante francêsSU que auxilie no trabalho dos tradutores públicos e intérpretes comerciais (comumente chamados *tradutores juramentados*).

Ao trabalhar textos técnicos, científicos e especializados, o tradutor entra no campo dos estudos terminológicos bilíngües. Esse processo implica a compreensão do texto em língua de partida e o conhecimento das unidades terminológicas, uma vez que é basicamente por meio de sua terminologia que esse tipo de texto veicula seus conhecimentos específicos.

A Terminologia, em sua face teórica ou aplicada, mantém relações de cooperação com uma série de outras áreas do conhecimento, tais como a Lexicologia, a Lexicografia e a Semântica, “embora não se confunda com estas nem constitua simplesmente uma subárea das mesmas” (AUBERT, 1996, p.13). Como explica Cabré:

(...) fazer terminologia não é, de modo algum, traduzir as formas de uma língua para outra baseando-se em algumas denominações pretensamente equivalentes, mas colher as denominações que os usuários de uma língua efetivamente empregam para se referirem a determinado conceito e, em último caso, cabe propor alternativas de denominação a situações mal resolvidas pelos falantes. (CABRÉ, 1993, p.246)

No caso deste projeto, serão estudadas as características dos documentos escolares, privilegiando os termos de base substantival A identificação das unidades terminológicas presentes em nosso corpus de estudo será feita com base no critério de relevância semântica e nos critérios da Terminologia para a identificação dos termos, segundo a bibliografia apresentada neste projeto e seguindo os ensinamentos obtidos durante o curso de Terminologia, voltada à Tradução, ministrado por Lídia Almeida Barros, docente do Departamento de Letras Modernas desta instituição.

Os textos obtidos já estarão digitalizados e poderão ser inseridos em uma base de dados textuais, que criaremos com o auxílio do programa *Hyperbase 5.2*. Esse *software* já se encontra disponível no Departamento de Letras Modernas da UNESP, onde o projeto de desenvolverá.

Por meio de algumas ferramentas desse programa (*Lista de palavras* e *Concordância*), serão levantados os candidatos a termos. Será montada uma tabela com esses candidatos e

² De acordo com os modelos teóricos apresentados neste projeto.

verificada a sua pertinência ao domínio dos documentos escolares e seu estatuto de termo por meio da consulta a dicionários e à legislação que regulamenta esse tipo de documento. Uma vez identificado o conjunto de termos desse domínio, será elaborada uma lista desses termos acompanhados do contexto de uso no qual foi encontrado dentro do *corpus*.

Uma vez concluída essas etapas da pesquisa, uma reflexão sobre o perfil lingüístico do conjunto terminológico levantado será efetuada, mais especificamente no que concerne ao(s) domínio(s) de origem dos termos levantados (domínios de especialidade tais como Direito, Administração, Economia, Contabilidade e outros que tenham relação com o contexto escolar) e à estrutura morfossintática dos termos.

Uma vez concluído o trabalho de busca e armazenamento de dados, um estudo do perfil lingüístico e sociolingüístico dos termos será efetuado, analisando questões relativas aos graus de equivalência terminológica encontrados e aos demais aspectos propostos nos objetivos deste projeto. As reflexões serão expostas à comunidade científica em forma de apresentações de trabalho em eventos científicos e de publicações.

6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Essa investigação científica se dá na área da Terminologia, aqui entendida como um campo de estudos científicos cujo trabalho possibilita uma difusão de conhecimentos e conceitos de modo mais eficiente, evitando ruídos na comunicação entre especialistas das áreas de especialidade e entre esses e outros setores da sociedade. “Nessa ótica, o papel maior da área é organizar e divulgar os termos técnicos científicos como forma de favorecer a univocidade da comunicação especializada” (BARROS, 2007, p. 21).

Porém, ao buscar as equivalências terminológicas em outra língua, é preciso ter consciência de “uma mesma realidade extralingüística pode ser analisada de pontos de vista muito divergentes em línguas diferentes, a partir dos laços profundos e complexos que existem entre estrutura da língua e visão de mundo” (ALPÍZAR-CASTILLO, 1997, p. 102). Por essa razão, para um termo na língua A não haverá necessariamente um termo equivalente na língua B. Ainda segundo Alpízar-Castillo (1997, p. 101), “a correspondência entre termos de línguas diferentes situa-se em um diapasão de possibilidades que vai do total recobrimento do conteúdo do termo da língua A por um da língua B, até a total falta de equivalência, passando por uma variada gama de recobrimentos parciais”.

Foi a partir desta problemática que a Socioterminologia veio situar a Terminologia no espaço da interação social (FAULSTICH, 2006, p. 27).

Destacam-se os trabalhos de Gambier (1993), Auger (1993) e Boulanger (1993; 1995). Porém, atribui-se a Gaudin a descrição formal da disciplina quando, em dezembro de 1993, publica sua tese de doutorado *Pour une socioterminologie – des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles*, na qual declara que:

(...) a socioterminologia, com o suposto de que deseja ultrapassar os limites de uma terminologia ‘de escrivão’, deve localizar a gênese dos termos, sua recepção, sua aceitação, mas também as causas do insucesso e as do sucesso, no âmbito das práticas lingüísticas e sociais concretas dos homens que empregam tais termos. Estas práticas são essencialmente aquelas que se exercem nas esferas de atividade. Eis porque a socioterminologia devia reencontrar as reflexões nos laços que se criam entre trabalho e linguagem” (GAUDIN, 1993, p. 216).

No que se refere aos fundamentos teóricos e metodológicos de Terminologia Geral, apoiar-nos-emos na TCT-Teoria Comunicativa da Terminologia (CABRÉ, 1999; BARROS, 2004, 2007a; KRIEGER, FINATTO, 2004).

Cabré (1999a; 1999b) formalizou a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT). Sua nova proposta teórico-metodológica opôs-se à teoria anteriormente formulada por Wüster (Teoria Geral da Terminologia - TGT), pois reconhecia a existência da polissemia, da homonímia e da sinonímia, ou seja, da variação linguística nos discursos especializados. De acordo com Barros (2004), a passagem de um modelo para o outro não se deu de forma sucessiva e direta, mas foi fruto de:

um inevitável processo de reflexão sobre o ser e o fazer da Terminologia, conduzindo a observações sobre as limitações da TGT. No bojo desse processo amadureceram críticas científicas que conduziram à evidência da necessidade de uma nova proposta teórico-metodológica para a Terminologia. (BARROS, 2004, p. 47)

Na Socioterminologia (GAUDIN, 1983; FAULSTICH, 1997, 2002) e nos estudos sobre processos de criação lexical, temos o subsídio de ALVES (2001, 2006, 2007a, 2007b, 2008) e BARROS (2007b). Sobre os aspectos semânticos e diversidade cultural que subjazam às diferenças de equivalência terminológica interlinguística, partiremos das contribuições de OLIVEIRA (2002, 2006a, 2006b, 2007 e 2008),. Para as questões de equivalência, CHANUT (2008, 2009).GÉMAR (1979, 1980,1988, 1995), e para a noção de *statalisme*, POHL (1985).

A título de referência inicial no campo da Terminologia Bilíngue, podemos mencionar os estudos de ALPÍZAR-CASTILLO (1995); AUBERT (1996a); AUGER (1978); DUBUC (1985); FELBER (1984); RONDEAU (1984); e outros.

As observações sobre Tradução Juramentada, sobre os documentos mais frequentemente solicitados à TJ e sobre os conjuntos terminológicos recorrentes nesses documentos se darão com base em W. ALVES (2006); AUBERT (1996a, 1996b, 1998); BARROS, AUBERT, CAMARGO (2007b, 2008a, 2008b, 2008c, 2008d, 2010a); CAMARGO, BARROS, AUBERT (2008, 2010a, 2010b); CAMPBELL (1983), CARNELÓS (2006); COLOMBO (2007); MAYORAL (1999, 2004), STUPIELLO (2001) e outros.

Essas são apenas algumas das referências utilizadas no início das pesquisas, porém outras serão aproveitadas, de acordo com o desenrolar das investigações científicas.

7. PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Este projeto será desenvolvido em três anos – 2011 a 2013. Atualmente, está sendo desenvolvida uma base de dados eletrônica com a ajuda da Plataforma *E-terms*, criada pelo NILC-Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional de l'USP de São Carlos (disponível em: <http://www.eterms.ufscar.br/index.php>). Esta Base permitirá o acesso e o trabalho de todos os membros da equipe de pesquisa ligados ao projetLexTraJu, coordenado pela Prof. Dr. Lidia Barros, do Departamento de Letras Modernas da UNESP. O objetivo deste trabalho em conjunto é estabelecer um modelo de ficha terminológica eletrônica na plataforma *E-Terms* para o preenchimento dos dados afim de que a equipe possa futuramente trabalhar de maneira homogênea e coerente.

A seguir, apresentamos as etapas e tarefas propostas nos três anos de pesquisa:

2011:

- Efetuar a pesquisa/repertório dos termos em português e dos respectivos dados terminológicos presentes nos documentos escolares brasileiros.
- Realizar a pesquisa/repertório dos equivalentes em francês-Fr e francês-SU e dos respectivos dados terminológicos presentes nos documentos escolares franceses e suíços.

- Estabelecer um modelo de ficha terminológica eletrônica a fim de efetuar a introdução dos dados de forma homogênea e coerente.
- Revisar os dados terminológicos relativos aos equivalentes em francês-FR e francês-SU dos termos encontrados a partir dos documentos escolares. Analisar os conjuntos terminológicos dos documentos brasileiros, franceses e suíços, verificando a existência de variantes no interior desses conjuntos terminológicos.

2012:

- Refletir sobre as questões de equivalência terminológica e sobre os aspectos linguísticos e culturais subjacentes às diferenças de equivalências encontradas.
- A partir da existência de variantes no interior desses conjuntos terminológicos, classificá-las segundo os modelos teóricos indicados neste projeto.

2013:

- Elaborar o glossário bilíngue francês-português e viabilizar a sua disponibilização na rede mundial, por meio da plataforma *E-Termos*.
- Efetuar a descrição dos resultados conclusivos sobre os dados obtidos no conjunto da pesquisa.

8. EXEQUIBILIDADE

A busca das equivalências se dará fundamentalmente por meio de três tipos de material: a) *corpus* de documentos escolares originalmente escritos em francês da França, francês da Suíça e português do Brasil; b) Leis, Códigos e outros documentos legais franceses, suíços ou brasileiros que rejam os diferentes tipos de documentos escolares, tais como Código Civil, Manuais oficiais, do Ministério da Educação e outros; c) dicionários franceses e brasileiros de especialidade, sobretudo jurídicos, de língua geral ou bilíngues. Dicionários e glossários franceses especialmente voltados para o público suíço. Outros tipos de materiais poderão eventualmente ser consultados.

O material será obtido, primeiramente, a partir de documentos originais pertencentes ao acervo particular de documentos anteriormente submetidos a traduções juramentadas, como atestados, certificados, históricos, diplomas e outros. Também há vários contatos na França e na Suíça que já enviaram cópias de documentos escolares originais. Em seguida, na rede mundial, visto que diversos modelos de formulários relativos ao domínio escolar são disponibilizados na Web. Os Códigos e Leis franceses se encontram disponíveis na Internet e já foram acessados nessa coleta de material. Também estão disponíveis vários dicionários bilíngues e monolíngues brasileiros e franceses, mas, conforme as necessidades, poderão ser obtidos recursos para aquisição de mais material bibliográfico juntamente com as equipes do grupo de pesquisa.

9. BIBLIOGRAFIA INICIAL

ALPÍZAR-CASTILLO, Rodolfo. *Cómo hacer un diccionario científico-técnico?* Buenos Aires: Editorial Memphis, 1997.

ALVES, I. M. A observação sistemática da neologia lexical: subsídios para o estudo do léxico. *Alfa : Revista de Linguística*, v. 50, p. 131-144, 2007b.

ALVES, I. M. A renovação lexical nos domínios de especialidade. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 32-34, 2006.

ALVES, I. M. La dénomination par emprunt en portugais brésilien. *Neologica*, v. 1, p. 75-86, 2007a.

ALVES, I. M. Neologia e derivação prefixal no português brasileiro contemporâneo. *Studii si cercetari lingvistice*, v. 59, p. 273-282, 2008.

ALVES, I. M. Terminologia e neologia. *Tradterm*, São Paulo, v. 7, p. 53-70, 2001.

ALVES, W. R. *Tradução juramentada e marcadores culturais: uma questão de dizibilidade*. 2006. Dissertação de Mestrado (Linguística) FFLCH- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ANDRART. *O que é uma tradução juramentada*. Disponível em: <http://www.andrart.com/portugues/faq_br.html>.

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE TRADUTORES PÚBLICOS. Normas para a elaboração de traduções públicas da Associação Catarinense de Tradutores públicos. Disponível em: <<http://www.ac-tp.com>>.

ASSOCIAÇÃO DOS TRADUTORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO. A tradução juramentada. Disponível em: <<http://www.atprio.com.br/pages/duvidas.htm>>.

ATPIESP (Org.). Associação Profissional dos Tradutores Públicos e Intérpretes Comerciais do Estado de São Paulo. *Tradução Juramentada*. Disponível em: <http://www.atpiesp.org.br/trad_jur.asp>.

AUBERT, Francis Henrik. Descrição e quantificação de dados em Tradutologia. *Tradução e Comunicação*, v.4, p.71-82, 1984.

_____. A tradução literal: impossibilidade, inadequação ou meta? *Ilha do desterro* n. 17, 1º sem., Florianópolis, UFSC, 1987, p. 13-20.

_____. *As (in)fidelidades da tradução*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

_____. *Tipologia da tradução: o caso da tradução juramentada*. Anais do V Encontro Nacional de Tradutores. São Paulo, FFLCH/Humanitas, 1996.

_____. *Tipologia e procedimentos da tradução juramentada*. Vol. 1: Teoria, legislação, modelos e exercícios práticos. São Paulo, CITRAT/FFLCH, 1998, 86 p.

_____. *Traduzindo as diferenças extralinguísticas: procedimentos e condicionantes*. In: *Tradterm* 9. São Paulo, CITRAT/FFLCH, 2003.

_____. *Discutindo a literalidade da tradução juramentada (1): notários/tabeliães, condados/distritos/municípios*. In: IPSIS LITTERIS coluna dúvidas e controvérsias outono 2004.

_____. Indagações acerca dos marcadores culturais em tradução. *Revista de Estudos Orientais*, n. 5, p. 23-36, 2006.

_____. Um corpus de traduções juramentadas – material de pesquisa linguística, sociológica e histórica. In: *Tradterm*, 10, 2004, p. 163-178.

AUGER, P.; ROUSSEAU, L.-J. *Méthodologie de la recherche terminologique*. Québec: Office de la langue française, 1978.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

BARBOSA, Maria Aparecida. *Léxico, produção e criatividade: processos do neologismo*. 2. ed. São Paulo: Global, 1989.

BARROS, Lidia Almeida. *Curso básico de Terminologia*. São Paulo: Edusp, 2004.

BARROS, L. A. *Conhecimentos de terminologia geral para a prática tradutória*. 1º ed. São José do Rio Preto: Editora Nova Graf, 2007.

BARROS, L. A.; AUBERT, F. H.; CAMARGO, D. C. de. Tipologia textual mais frequente em traduções juramentadas em espanhol, inglês e francês. *Revista Brasileira de Linguística*, v. 16, p. 37-46, 2008a.

Base de données lexicographiques panfrancophone (BDLP), disponível em <http://www.bdlp.org/bdlp.pdf>.

BRASIL. CPP (1941). Código de Processo Penal. Brasília, DF: Senado Federal, 1941.

_____. Decreto-lei nº 13.609, de 21 de outubro de 1943. Novo regulamento para o ofício de Tradutor Público e Intérprete Comercial no território da República. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1943a.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Serviço de estatística educacional. Cuiabá: SEC/MT; Rio de Janeiro: FENAME, 1981.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 24 ago 2007.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Conselho Estadual de Educação de São Paulo. Educação superior: abreviação da duração dos cursos e transferências de estudantes regulares do ensino superior. Indicação CEE nº 19/98 CES, nº 948/98, de 9 de dezembro de 1998. Relator: Cons. José Camilo dos Santos Filho. Disponível em: <http://www.ceesp.sp.gov.br/Indicacoes/in_19_98.htm>.

_____. Ministério da Educação. Autorização para estender às Instituições de Ensino Superior não vinculadas ao Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo (CEE/SP), as exigências constantes da Deliberação CEE nº 37/2003 em substituição à Portaria MEC/DAU nº 33, de 2 de agosto de 1978. Parecer CNE/CES, nº 379/2004, de 8 de dezembro de 2004. Relator: Edson de Oliveira Nunes. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2004/pces379_04.pdf>.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Legalização de documentos emitidos no Brasil – Informações Gerais*, 2010a. Disponível em: <<http://www.portalconsular.mre.gov.br/legalizacao-de-documentos/legalizacao-de-documentos-emitidos-no-brasil>>. Acesso em: 18 dez. 2010.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Legalização de documentos emitidos no exterior - validade no Brasil*, 2010b. Disponível em: <<http://www.portalconsular.mre.gov.br/legalizacao-de-documentos/legalizacao-de-documentos-emitidos-em-paises-estrangeiros-1>>. Acesso em: 18 dez. 2010.

CABRÉ, Maria Teresa. *La terminología*. Teoría, metodología, aplicaciones. Barcelona: Editorial Antártida/Empúries, 1993.

_____. Uma Nueva Teoría de la Terminología: de la Denominación a la Comunicación. In: _____. *La Terminología: Representación y Comunicación*. Barcelona, IULA, 1999a, pp. 109-127.

_____. Hacia una Teoría Comunicativa de la Terminología: Aspectos Metodológicos. In: _____. *La Terminología: Representación y Comunicación*. Barcelona, IULA, 1999b, pp. 129-150.

CAMPBELL, Armando de Salmont. Tradutores públicos e traduções juramentadas no Brasil. In: PORTINHO, W. M. et al. *A tradução técnica e seus problemas*. São Paulo: Editora Álamo, 1983. p. 107-146.

CARNELÓS, R. P. *Estudo contrastivo da fraseologia presente em documentos jurídicos redigidos em português, francês e italiano: implicações na tradução juramentada e proposta de vocabulário fraseológico jurídico trilingue*. 2006. Tese de Doutorado (Linguística) FFLCH- USP, São Paulo, 2006. Disponível em:

<<http://www.fflch.usp.br/dl/pos/teses/CARNELOSrosilea.pdf>>.

CHANUT, Maria Emília Pereira. *A questão da equivalência funcional em tradução juramentada - O caso do francês da Suíça*. São Paulo: Tradução e Comunicação, n. 17, 2008, p. 105-20.

CHANUT, Maria Emília Pereira. *A tradução juramentada de documentos suíços: Resultados parciais em torno dos termos estudados*. TRADTERM 15 - Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia FFLCH/USP. São Paulo, 2009, p. 155-171. ISSN 0104-639X.

CORNU, Gérard, *Linguistique juridique*, Paris, Éditions Montchrestien, 1990, 412 p.

DARBELNET, Jean, Réflexions sur le discours juridique » *Meta*, vol. 24, no 1, mars 1979, pp. 26-34. Numéro spécial sur la traduction juridique.

DUARTE, Sérgio Guerra. *Dicionário brasileiro de educação*. Rio de Janeiro: Edições Antares: Nobel, 1986.

DUBUC, Robert. *Manuel pratique de terminologie*. Québec: Linguattech Éditeur, 1985.

FAULSTICH, Enilde. *Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista*. In TradTerm, 7, p. 11-40, 2001.

_____. *Variación en terminología. Aspectos de socioterminología*. In Panorama actual de la terminología. Granada, Editorial Comares, p. 65-106, 2002.

_____. *A socioterminologia na comunicação científica e técnica*. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 58, n. 2, jun. 2006.

GALARNEAU, Annie; VÉZINA, Robert. Réflexions et pratiques relatives à la variation topolectale en terminologie. Office québécois de la langue française, 2004. Disponível em: <http://www.olf.gouv.qc.ca/ressources/bibliotheque/officialisation/reflexion_topolectale_20080425.pdf>

GAUDIN, François. *Socioterminologie*. Des problèmes semantiques aux pratiques institutionnelles. Rouen, Université de Rouen, 1993.

GÉMAR, Jean-Claude, « La traduction juridique et son enseignement : aspects théoriques et pratiques », *Meta*, vol. 24, no 1, mars 1979, pp. 35-63. Numéro spécial sur *la* traduction juridique.

_____, « Le traducteur et la documentation juridique », *Meta*, vol. 25, no 1, mars 1980, pp. 134-151. Numéro spécial sur la documentation.

_____, « La traduction juridique, art ou technique d'interprétation », *Meta*, vol. 33, no 2, juin 1988, pp. 305-319. Numéro spécial sur l'enseignement de la traduction au Canada.

_____, « Les fondements du droit comme langue de spécialité. Du sens et de la forme du texte juridique », *Revue générale du droit*, Université d'Ottawa, Faculté de Droit, vol. 21, no 4, 1990, pp. 719-738.

_____, *Traduire ou l'art d'interpréter : langue, droit et société : éléments de jurilinguistique, Tome 2 : Application*. Québec, Les Presse de l'Université du Québec, 1995b, 232 p.

GÉMAR, Jean-Claude et Thuy Vo Ho, *Difficultés du langage du droit au Canada*, Cowansville (Québec), Les éditions Yvon Blais, 1990, 205 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. 2. ed. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

HARTMANN, Reinhard Rudolf Karl. Equivalence in bilingual lexicography: from correspondence relation to communicative strategy. *Papers and Studies in Contrastive Linguistics*, v. 22, 1988. p. 21-28.

HARVEY Malcom. *Traduire l'intraduisible, Stratégies d'équivalence dans la traduction juridique*, in *Le facteur culturel dans la traduction des textes pragmatiques*, les Cahiers de IILCEA, numéro 3, 2001-2002, p. 39-49. [On line]. URL: <http://ilcea.revues.org/index790.html>.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Editora: Objetiva, 2009.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

LERAT, Pierre. Langue spécialisée et traduction. In: _____. *Les langues spécialisées*. Paris: Presses Universitaires de France, 1995, p. 94-105.

LE PETIT ROBERT. **Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française**. Dictionnaires Le Robert, 1996-1997. CD-ROM.

MAC-DOWELL, Valquíria. *Sem fronteiras: guia prático para estudar no exterior do 1º grau à pós-graduação*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

MORAES, Naomi James Sutcliffe de. A tradução jurídica como praticada atualmente: um estudo de corpus. In: MAGALHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luiz Carlos (orgs.). *Múltiplas perspectivas em Lingüística*. Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 2351-2353.

OLIVEIRA, I. Métaphore terminologique et strates sociales. *Actes du Colloque "Terminologie: discours, technologie et acteurs sociaux"*, Brest, 2008, p.89-102.

OLIVEIRA, I. O lugar do tradutor no mundo hodierno. *Anais do Colóquio anual da lusofonia 2006*, Bragança, 2006b, p. 309-319.

OLIVEIRA, I. Sens figuré et compréhension humaine. *Actes du Colloque interdisciplinaire Nouvelles perspectives de la recherche française sur la langue et la culture portugaise*", Clermont-Ferrand, 2007, p. 89-98.

OLIVEIRA, I. Spécificité de la langue de spécialité à partir de la métaphore. *Actes de GLAT (Groupe de Linguistique Appliquée des Télécoms) 2002 "Langues spécialisées et besoins spécifiques : théorie et pratique"*, Paris, 2002, p.35-46.

ORGANISATION INTERNATIONALE DE NORMALISATION. *Terminologie – Vocabulaire*. Genebra, ISO, 1990 (Norme Internationale ISO 1087, 1990).

PAVEL, Silvia; NOLET, Diane. *Manual de terminologia*. Traduzido por Enilce Faulstich. Disponível em: <<http://www.fit-ift.org/download/presport.pdf>>.

PIGEON, Louis-Philippe, « La traduction juridique - l'équivalence fonctionnelle », *Langage du droit et traduction : Essais de jurilinguistique : The Language of the Law and Translation : Essays on Jurilinguistics*, collectif réalisé sous la direction de Jean-Claude Gémard, Montréal, Linguatex, 1982, pp. 271-281, collection « Langues de spécialité ».

POHL, J. *Phonologie et frontière. Observations sur quelques faits phonologiques de part et d'autre de la frontière franco-belge*. Studia Neolatina. Aix-la-Chapelle: Mayer, 1985.

RANDMER, Virginia. *Validade, no Brasil, de documentos procedentes do exterior*. In: AUBERT, F. H. *Tipologia e procedimentos da tradução juramentada: teoria, legislação, modelos e exercícios práticos*. São Paulo, CITRAT/FFLCH, 1998.

RIBEIRO, Gilmar Saint'Clair. 2009. *O que diz a lei?* Disponível em: <<http://www.traducoes-publicas.trd.br/brinicio.php>>.

RONDEAU, Guy. *Introduction à la terminologie*. 2 ed. Québec: Gaëtan Morin, 1984.

SOURIOUX, J-L., et Pierre LERAT, *Le langage du droit*, Paris, P.U.F., 1975, 133 p.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

THIBAUT, A. (Red.) *Dictionnaire Suisse Romand: Particularités lexicales du français contemporain*. Genève: Éditions Zoé, 1997.

WALKER, D. - *O livro das diferenças*. Disponível em: <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=13882&cat=Artigos&vinda=S>